

A relação histórica entre a vida e a política: a genealogia do biopoder¹

Ursino Neto

“Temos antes admitir que o poder produz saber (...); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

(Michel Foucault)

“O velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte. (...) Abre-se, assim, a era de um “bio-poder””.

(Michel Foucault)

SUMÁRIO

- 1 Considerações preliminares
- 2 O biopoder como uma relação histórica entre a vida e a política
 - 2.1 O poder soberano
 - 2.2 O biopoder
 - 2.2.1 O poder da disciplina
 - 2.2.2 O poder da biopolítica
- 3 Considerações finais

1 Considerações preliminares

Genealogia é uma pesquisa histórica, mas não uma história tradicional, pois ela não atribui prioridade àquilo que o senso comum determina como sendo o responsável por um evento histórico, isto é, o elenco de personagens, destacando-se o/a protagonista, o registro dos fatos, das datas, descrevendo e sublinhando a relevância do ocorrido para a posteridade.

A pesquisa genealógica analisa as diferentes interpretações de um conceito a partir do seu momento inaugural na cultura como um acontecimento social eclodido em determinada época ou formação histórica, tomando como referência a linguagem e a multiplicidade de forças heterogêneas presentes naquele contexto ou conjuntura.

O modo de investigação da genealogia foi inventado pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) que o teceu em vários escritos, culminando no livro *Genealogia da moral*.

Um breve resumo didático do procedimento metodológico:

De início, identifica-se a fonte produtora da interpretação do conceito. Ela não é o autor ou o protagonista da ação particular, mas uma potência atuante, uma força que, frequentemente, se oculta para preservar os seus interesses.

¹ Texto didático para o Encontro 8 (graduação 2021.2): uma referência para produzir o exercício ético da experiência de si ou PensArteCorpo.

A fonte é uma instituição da cultura, por exemplo: a religião, a política, a educação, a filosofia, a ciência, a medicina etc.

As forças, potências ou linhas de pensamento da fonte modelam o conceito e estabelecem o valor da interpretação.

O valor é a relação entre o significado e o sentido de algo para alguém, para um grupo e a forma de expressão disso na vida do indivíduo, na vida em sociedade por intermédio dos dispositivos institucionais que o estabelecem, sobretudo, como modelo, padrão ou norma em uma determinada cultura.

A conjugação de significado, sentido e norma define o benefício da “verdade”, do “bem”, do “bom”, do “certo”, do “permitido” etc. e também o nocivo dos seus contrários (“falsidade”, “mal”, “mau”, “errado”, “proibido” etc.) que, em conjunto, circunscrevem a moral.

Nessa perspectiva, valorizar é interpretar, apoderando-se, pela violência ou não, do eixo ou do sistema diretivo das normas, regras, leis e códigos sociais.

Genericamente, uma norma está associada aos costumes da tradição cultural da sociedade e, às vezes, qualquer uma poderá não ter uma significação essencial, mas a partir da atuação específica da força hegemônica, ela se constitui em um novo valor com sentido, direcionamento e domínio desta potência.

Prosseguindo no método, se chega ao momento de problematizar os valores estabelecidos no conceito com a perspectiva de identificar e de explicitar o poder inserido nele, proveniente e investido do conjunto das forças que o configuram.

Enfim, se desvela a potência que o domina e o impõe, fixando a hegemonia de valor do seu interesse².

A genealogia intenciona desmascarar o arbítrio dos valores impostos, o jugo do dispositivo de uma instituição, o privilégio de uma elite ou uma danosa submissão dos indivíduos.

Em síntese, a pesquisa genealógica escande a realidade do poder e a sua relação intrínseca com a dimensão do saber. Trata-se da análise do como e do por que um determinado saber integra as relações de poder, sendo identificado como um dispositivo político e cultural da sociedade.

Bioética é um saber contemporâneo concernente à relação entre vida e ética. Ela adquiriu um caráter polissêmico na cultura ocidental porque é compreendida a partir de diferentes conotações.

Para as correntes de pensamento tradicional da bioética, o referente *bio* é proveniente do campo da biologia e diz respeito à concepção de vida humana. Embora para Van Potter, o inventor da palavra, ou seja, do neologismo (bioética) no início dos anos de 1970 nos EUA, o conceito de vida deveria ser extensivo e aplicado para o conjunto dos seres vivos do planeta Terra.

O outro signo componente do étimo nas definições tradicionais se refere ao campo da moral e não da ética; sendo assim, o termo adequado seria biomoral.

Entretanto, já se tornou senso comum a utilização do termo bioética referindo-se a um saber que estabelece princípios para balizar as intervenções sobre a vida humana, por exemplo, a tecnologia de pesquisa em biomedicina.

Como estudado previamente, uma das interpretações da bioética a situa como uma “resistência ao biopoder”, colocando-a como um desafio contemporâneo.

O objetivo do texto didático é investigar o tema do biopoder para compreender o conceito de *ética-da-vida* ou *aionética* como uma “bioética de resistência” a ele.

2 O biopoder como uma relação histórica entre a vida e a política

² Cf. Wotling, P. *Vocabulário de Nietzsche*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; 2001.

De partida, um questionamento que perpassa a cultura ocidental desde a Grécia clássica: o que é o poder?

Engana-se o midiático filósofo Byung-Chul Han quando sustenta: “em relação ao conceito de poder ainda existe um caos teórico”³.

A pesquisa filosófica contemporânea sobre o poder jamais poderá descurar a relevante contribuição sobre a temática de Michel Foucault (1926-1984) em seu trabalho de investigação e de docência no *Collège de France*⁴ por aproximadamente uma década e meia.

O filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), na obra-prima *Leviatã*, circunscrevendo o advento do período histórico da Modernidade, destacou como principal fonte constituinte do poder a eclosão da figura do Estado.

Essa figura representa um novo modelo jurídico-contratual de poder em que se concede o direito de soberania não mais ao rei, mas agora à instância do Estado, ab-rogando ou cedendo o que seria o direito de cada indivíduo.

A tradição filosófica consolidou o pensamento que associa o conceito de poder à autoridade, à imposição, ao arbítrio do Estado, considerando o papel deste último como essencialmente repressor.

Trilhando outra pista (a de Nietzsche), o filósofo francês estabeleceu um percurso interpretativo diferente a partir do método da genealogia, compreendendo como o poder se torna efetivo, como é aplicado para fazer funcionar uma estratégia, com isso desvelando aquilo que opera e age na vida humana concreta: as “relações de poder”.

Foucault não considera o poder como uma entidade estável, unitária, centralizado em uma instância; mas como uma relação de forças inseridas em um contexto histórico que possibilita um inter-relacionamento entre elas de complexidade e com múltiplos desdobramentos. Jamais um poder de mão única.

O poder é exercido por alguns sobre os outros. Entretanto, esses “alguns” e esses “outros” não são fixos em seus papéis, mas se deslocam em suas posições. Com isso, se interpreta que o poder não existe a não ser em ato.

Assim, é melhor compreendê-lo como um campo de relações recíprocas sendo efetuado em múltiplas formas, em distintas direções e sentidos perpassando a vida em sociedade.

Então, o que nos incita é a problematização do “como”, dos “meios” e dos “recursos ou instrumentos” utilizados pelo poder, o questionamento da “rede” que o possibilita e o circunscreve, da “estratégia” executada; enfim, se quer esclarecer as “modalidades” do exercício político do poder.

Para sumarizar, as características que conformam o conceito de poder e sua aplicação:

Primeiro, o poder eclode de um acontecimento determinado por uma diferenciação (“diferença jurídica de status e de privilégios, diferença econômica na apropriação da riqueza, diferença de posto no processo produtivo, diferença linguística ou cultural, diferença de *know-how* ou competência...”)⁵.

Segundo, o poder se exerce agindo sobre a ação de outro(s). Em palavras foucaultianas, o poder não é um “objeto natural”, algo que se detém como uma coisa ou mesmo um pertence, mas aquilo que “se exerce, só existe em ação, (...) é (...) acima de tudo uma relação de força”⁶.

Sublinhando que tal relação expressa a vontade de comandar, de governar, de dominar uma estratégia que visa alcançar a hegemonia que lhe possibilite, além do seu pleno exercício, a conquista do seu interesse, a obtenção de privilégios, o acúmulo de lucros etc.

³ Cf. HAN, Byung-Chul. *O que é poder?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 7.

⁴ O *Collège de France* é um “Instituto Público de Ensino Superior” fundado pelo rei Francisco I em Paris em 1530. Michel Foucault lecionou *História dos sistemas de pensamento* (1970 – 1984).

⁵ Cf. REVEL, J. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 121.

⁶ Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 22ª ed. São Paulo: Graal, 2006, p. 274.

Terceiro, o poder utiliza recursos instrumentais efetivos (armas, discursos, mecanismos de vigilância e de controle etc.).

Quarto, o poder se expressa por intermédio de dispositivos institucionais (escola, hospital, prisão etc.).

O filósofo italiano Giorgio Agamben⁷, interpretando o conceito de dispositivo a partir da obra de Foucault, o resume como sendo um conjunto heterogêneo de elementos que estruturam uma instituição, articulado em uma rede constituída de princípios orientadores e administrativos, normas, regras, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. que têm uma função estratégica concreta e se inscrevem em uma relação de poder.

Um dispositivo tem a capacidade de interceptar e modelar o comportamento do indivíduo e de uma coletividade capturando os gestos, as condutas, as opiniões e o próprio modo de pensar a realidade.

Quinto, o poder que se manifesta na figura do Estado tem como principal destaque a racionalização do ato de governar (eficácia do custo econômico e político).

E sexto, talvez, a mais relevante contribuição na análise do poder de Michel Foucault: o poder e o saber, em conjunto, constituem um único campo de possibilidades.

Esse pensamento abriu uma nova perspectiva para se compreender a definição e o significado de poder porque o associou intrinsecamente a outro conceito - o saber.

O saber não é só uma faculdade humana natural, biológica, mecanismo neutro da função cerebral, mas um acontecimento articulado ao poder e efetuado como uma estratégia⁸.

Os saberes se constituem a partir de uma “vontade de poder” ou “vontade de potência”⁹ e funcionam como correntes transmissoras do poder a que servem. O saber é capciosamente utilizado para que haja consentimento de todos aqueles que estão nas malhas do poder.

Saber é poder e vice-versa. Eles são lados distintos de uma relação de equivalência. Ambos se implicam mutuamente, se pertencem: são entrelaçados, são congeminados, são cooriginários.

Como se destacou na epígrafe, não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.

O saber possibilita ao poder a condição de se reproduzir e de se conservar; por outro lado, o poder permite ao saber se atualizar, se efetivar, materializar-se.

Assim sendo, a aplicação deles se faz em um uso conjugado: *saber-poder* ou *poder-saber*.

Eles constituem o principal dispositivo estratégico de hegemonia no amplo contexto da política, produzindo as concepções diretrizes tanto da moral da cultura como da subjetividade do indivíduo.

O filósofo francês detectou a mudança ou a reviravolta ocorrida no período histórico da Modernidade envolvendo as relações entre o poder, a política e a vida humana.

Dele é uma frase, já clássica, frequentemente reproduzida por seus intérpretes:

“O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão”¹⁰.

Enquanto na Antiguidade, o homem era definido pela “racionalidade interior” que o conduzia a buscar na vida política a sua essência; com o advento do Estado, o cerne da política

⁷ Cf. AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo?* Acessível em www.periodicos.ufsc.br

⁸ Cf. VEIGA-NETO, A. *Foucault & a Educação*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 126.

⁹ O sintagma significa um movimento, um deslocamento, uma determinação ativa em direção a um destino.

¹⁰ Cf. FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 21ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011, p. 156.

passa a constituir-se em um tipo de “racionalidade exterior” à formação do homem e, sobretudo, com outra finalidade.

Em síntese, a política passou a ser uma estratégia de poder que visará à regulação e ao controle da vida humana.

Eis a trilha que o texto didático seguirá para problematizar e compreender o significado das relações de poder constitutivas da política na sua relação com a vida.

2.1 O poder soberano

Acompanhando a história cultural do Ocidente, Michel Foucault elaborou e desenvolveu o conceito de poder como expressão de duas figuras correlatas: a primeira denominada de “poder soberano” e a segunda de “biopoder”.

Em linhas gerais, o poder soberano funcionava como um modelo vertical em que o rei, o imperador ou o senhor feudal exerciam o poder como uma posse, isto é, um “direito de posse” sobre a vida e a morte dos seus súditos. A principal característica deste tipo de poder era “fazer morrer”.

Um exemplo se encontra no filme *Gladiator*: a cena clássica do imperador romano indicando com o gesto do polegar para o gladiador vitorioso a ação de executar ou não o seu antagonista abatido na arena.

Tal regime de poder histórico pervagou desde a Antiguidade até a eclosão da figura do Estado na Modernidade.

Ao tipo de poder soberano ou de “poder de morte”, o filósofo francês justapôs outro tipo de regime originado da implantação do Estado Moderno em que a marca peculiar era administrar a funcionalidade de um governo cuja tarefa muda de função, tornando o poder potente ao “fazer viver” ou com o “poder de causar a vida ou devolver à morte”.

Para esse contexto, se considera que o poder-saber foi o produtor de três “corpos políticos”: a nação, o indivíduo e a população. Para este regime, Foucault inventou o termo “bio-poder”.

Na sua pesquisa, ele destacou uma ruptura significativa: enquanto a finalidade do poder soberano era ele mesmo, instaurando uma forma de lei em seus próprios instrumentos coercitivos que asseguravam a posse sobre o território e todos os seus pertences; a finalidade do biopoder será governar as coisas, gerenciar as funções estratégicas de administração do Estado comandando-as por intermédio dos seus dispositivos de controle¹¹.

2.2 O biopoder

Assim como bioética, a palavra biopoder é um neologismo proveniente dos anos de 1970.

Michel Foucault inventou o conceito de biopoder no contexto da sua pesquisa sobre a história da sexualidade focando nas relações de forças sociais que atuavam no controle e no molde da vida humana por intermédio dos dispositivos institucionais presentes na cultura ocidental.

Neste ponto se coloca uma problematização de referência para ser desdobrada neste texto didático e nos dois subsequentes: Como o biopoder se originou? Quais forças o investem de poder e qual delas se tornou hegemônica? Qual tipo de saber foi constituído no pacto de exercício com o biopoder? E o questionamento essencial: como o biopoder atuou e ainda exerce o seu poder na sociedade controlando e moldando a vida humana?

O biopoder teve origem em uma estratégia política: a racionalidade administrativa com a intenção funcional de governar, gerir, comandar as instituições ou a “máquina” do Estado.

¹¹ Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 22ª ed. São Paulo: Graal, 2006, p. 418.

A esta configuração, Foucault denominou de “governamentalidade”. Para ele, trata-se de um processo histórico da cultura do Ocidente em que o “Estado” de justiça da Idade Média tornou-se o “Estado” administrativo a partir dos séculos XV e XVI, culminando na Modernidade.

Destaque-se que o predomínio da governamentalidade como linha de força hegemônica se efetivou sempre como efeito do conflito, quer seja o armado (nas guerras) ou naquele resultante da mediação política (“na paz”).

Governamentalidade se expressa no conjunto das instituições, dos procedimentos, análises, cálculos e táticas que possibilitam exercer uma forma de poder ao mesmo tempo específica e complexa, tendo por alvo a população, atendendo o interesse da economia-política, tendo como instrumental técnico os dispositivos de segurança e controle.

Historicamente, é necessário ressaltar que o biopoder não extinguiu o poder soberano, pois ainda hoje, eles convivem reproduzindo modelos políticos de exceção (ditaduras) ou democracias (mais ou menos de igualdade social).

O tempo do biopoder é o nosso presente, caracterizando-se pela “ampliação crescente das articulações entre os saberes biológicos e biomédicos e os dispositivos jurídico-institucionais, com grandes efeitos no campo da macropolítica, seja nas relações entre os Estados, seja no interior de cada Estado, indo até mesmo à interferência micropolítica no modo de vida das pessoas, no interior de suas próprias casas”¹².

Duas expressões de biopoder foram identificadas: o regime da “disciplina” e o regime da “biopolítica”.

2.2.1 O poder da disciplina

De início, o biopoder incidiu sobre os indivíduos a partir do final do século XVII inserido em um saber constituindo um dispositivo político cuja peculiaridade de atuação regulava detalhadamente as atividades do corpo.

Naquele contexto de sua implantação, o biopoder estabeleceu a “disciplina” como um “saber”, uma “técnica”, uma “tecnologia”.

Técnica é um saber aplicado a um procedimento constituído de etapas que se seguem para atingir um determinado resultado.

No caso específico do biopoder, a disciplina era uma técnica política que tinha como alvo monitorar o corpo e o tempo dos homens, com isso, transformando-os, sobretudo, em força de trabalho.

Esta formatação humana em indivíduos produtivos atendeu à finalidade e ao interesse do liberalismo, o incipiente sistema econômico, que se fará hegemônico no século XIX como capitalismo, agindo por intermédio do controle dos meios de produção e da mais-valia obtendo o lucro.

A relação de poder que se manifesta no plano da disciplina produz normas, na maioria das vezes, indutoras de imposições coercitivas que afetam o modo de vida humana; logo, um saber com dupla caracterização: o normativo oriundo das regras, códigos, leis, determinando o certo e o errado, o permitido e o proibido etc., como também o “normal” originário do seu regime de “verdade” imposto como modelo.

A consequência disso se denomina normatização e normalização, estando presente na escola, na fábrica, no hospital, na caserna, na prisão etc.

O biopoder como disciplina foi (e continua sendo) uma estratégia da economia-política visando à subordinação da força vital do homem para impor-lhe uma dupla condição instrumental: ser útil para a economia e ser submisso, subserviente à política de quem governa.

¹² Cf. CASTELO BRANCO, G. *Os nexos entre subjetividade e política*. In: Castelo Branco, G. e Veiga-Neto, A. (Orgs.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Como se configurou a segunda representação do biopoder, ou seja, o regime da “biopolítica”?

2.2.2 O poder da biopolítica

A análise da conjuntura na qual a biopolítica surge, isto é, do nascimento do liberalismo ultrapassa os limites deste texto didático.

No entanto, registre-se que a principal tese da política liberal não parte da presença do Estado, mas da “condição de governo” para alcançar um modelo de atuação social que se pauta no domínio articulado de dois campos: o econômico e o legislativo.

No contexto histórico, o biopoder se desdobrou em poder disciplinar e poder biopolítico.

Didaticamente, enquanto o alvo da disciplina era (e continua sendo) capturar o corpo individual, a finalidade da biopolítica passou a ser (e continua sendo) o controle da população.

O conceito de população é interpretado não como um referente designando seres vivos estabelecidos e vivendo em uma determinada área geográfica, mas significando um conjunto homogêneo representativo de uma amostra relativa aos processos coletivos da vida social como o nascimento, a duração da vida, a mortalidade, a saúde pública etc.

É preciso destacar que o biopoder atua nos dois planos coetaneamente: tanto em nível do corpo do indivíduo como em nível da população, abrangendo a totalidade da vida humana.

A disciplina e a biopolítica são dois tipos de intervenção, de impostura, de controle, formando um sistema de rede integrado.

Portanto, o biopoder serviu para assegurar a inserção controlada dos corpos no aparelho produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos, sendo assim um elemento indispensável para assegurar o desenvolvimento do capitalismo, a própria força hegemônica que o investe de poder.

As funções características do biopoder relativas à vida humana foram e ainda são: o controle do tempo, a organização do espaço, a vigilância e o registro de informações.

Sintetizando o nosso estudo aqui e ampliando a perspectiva para os próximos textos didáticos:

O biopoder é um poder-saber que se instala a partir de um dispositivo político fonte de normatização e normalização da sociedade, determinando o poder de controle sobre o homem como ser vivente, incidindo sobre a sua forma de viver, encarcerando o seu modo de ser, o seu *Ethos* em um modelo moral em que “a verdade” é imposta como a representação do “normal” que vale para todos.

Todavia, é necessário não permanecer somente no aspecto negativo da interpretação conceitual, mas compreender o sentido propositivo da produção afirmativa do agente que se faz um indivíduo inventivo.

Para nós, esse procedimento metodológico nos possibilita, concomitantemente, consolidar uma crítica ao engodo do poder e produzir ideias de resistência, incorporando resiliência e liberdade elaboradas como sabedoria de vida.

3 Considerações finais

O biopoder é definido como um dispositivo da governamentalidade moderna do Estado atendendo aos interesses do sistema econômico-político, agindo, sobretudo, por meio do saber da medicina¹³ sobre o corpo e a população.

Entretanto, é preciso sublinhar na análise de Michel Foucault, o sentido positivo detectado no processo de ação do biopoder sobre o indivíduo e a sociedade; pois, ao mesmo

¹³ Cf. O texto didático para o Encontro 9: *A relação entre o biopoder e a medicina: impactos sobre o indivíduo e a sociedade.*

tempo, quando se impõe uma norma instalando um constrangimento e um limite, também se oportuniza uma emulação, por intermédio do saber intrínseco que gera mobilização e reviravolta.

Esse prisma da análise foucaultiana sobre o biopoder é a referência que possibilita afirmar o nosso saber da *ética-da-vida* ou *aionética* como uma *bioética de resistência*¹⁴.

A partir da crítica à configuração aviltante da subjetividade humana determinada pelo *assujettissement*¹⁵ e o seu contraponto investido na atitude de resistência do indivíduo no seu processo de subjetivação, a *ética-da-vida* ou *aionética* projetou o seu exercício ético (relativo ao *Ethos*) como uma experiência de si, como uma invenção de si ou um cuidado de si.

Ao poder sobre a vida do biopoder, se responde com o *poder-da-vida*: a biopotência.

A *ética-da-vida* ou *aionética* resiste por intermédio da experiência da arte (PensArteCorpo) provocando a ruptura do “eu” ou do “sujeito” da psicologia tradicional e possibilitando a eclosão de um novo conceito interpretado como uma relação: o *Ethos* como próprio “si”, expressando o valor da unidade *cérebro-corpo-energia-mente-self-consciência*...

Eis o nosso desafio enquanto saber: ser biopotência e valorizar-se como resistência ao biopoder.

¹⁴ Cf. O texto didático para o Encontro 10: *A resistência ao biopoder*.

¹⁵ A tradução do francês deste termo é múltipla: “assujeitamento”, “subjugação”, “sujeição”.